



## OPINIÃO

## Repartir sacrifícios (Parte I)



A. DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos  
Oficiais de Contas

Ninguém de bom senso pode ignorar que as finanças públicas atingiram desequilíbrios incontroláveis, devido a alguns erros que poderiam ser evitados. Mas, diga-se também em abono da verdade que os primeiros grandes beneficiados por esses desvios foram os cidadãos portugueses.

Na verdade, como que por magia, de um sistema onde tudo era pago – Educação, Saúde, e Segurança –, e em que não existiam mecanismos de proteção social, onde não havia empregos e só por especial favor ou através de “cunhas” se conseguiam os mais humildes trabalhos, passámos a beneficiar das mesmas benesses que estavam em vigor nos países considerados mais evoluídos.

Tenho a sorte, ou o azar, de ter nascido nos anos 50, no período em que o mundo despertava para um boom de crescimento emergente da necessidade de reerguer-se após a destruição maciça provocada pela II Guerra Mundial. Sou pois de uma geração que teve que lutar por ter alguma coisa, que teve que se impor para singrar na vida e sempre cultivei de forma consciente valores igualitários e de vivência social.

Infelizmente, em muitos casos, não se transmite aos nossos filhos uma cultura de poupança, mas sim uma imagem de facilidade, talvez no desejo secreto que os nossos não tenham que suportar o que tivemos que passar.

Contudo, independentemente das interpretações que se façam da situação atual, também é preciso reconhecer que somos um pouco culpados pelo ponto a que chegámos. Não raro, este tema é aproveitado sob as mais diversas perspetivas para monumentais demagogias. Na verdade, a estrutura social que desfrutamos e fruimos foi paga com os impostos que os cidadãos desembolsaram para a sociedade em que se inserem. Não sendo possível excluir os cidadãos que não pagam os seus impostos pelas mais diversas razões, pela fraude, pelo aproveitamento de isenções por vezes in-

justificadas ou quaisquer outros métodos a que recorrem para o não cumprimento do dever de cidadania, estes continuam a fruir os mesmos direitos, sem que, no entanto, tenham cumprido todos com os mesmos deveres que lhes correspondem.

A inevitabilidade dos cidadãos arcarem com os custos da sociedade em que vivem, faz-me lembrar uma frase célebre de Sousa Franco, quando o saudoso professor dizia que “quando todos pagam os seus impostos, então todos pagarão menos. Mas quando apenas alguns pagam os seus impostos, então esses, uma vez que têm que pagar os seus e os dos que estão em falta, terão que desembolsar mais”.

Este acertado raciocínio vem a propósito da base em que se estruturou a formação da matéria coletável de incidência da contribuição extraordinária pedida aos portugueses.

Uma vez mais, como em muitas situações anteriores, foi-se pelo caminho mais fácil: sacrificar os trabalhadores por contra de outrem neste esforço suplementar para o reequilíbrio das contas públicas. É a forma mais direta, simples e gratuita de angariar receitas, mesmo menosprezando-se valores de equidade fiscal.

Do lado da despesa, embora tenha a perfeita consciência que, em muitos casos, a despesa pública é receita privada, continuamos a não ter qualquer orientação, para além de umas honrosas exceções na relação custo-benefício, que tenho muitas dificuldades em aceitar, para além da pedagogia, que se pretende transmitir da necessidade de reduzir custos de funcionamento.

Mas o que acho verdadeiramente injusto nesta medida é deixarem de fora do esforço nacional rendimentos que, por tradição, são mais fáceis de conseguir e cujo efeito seria muito menos oneroso para os respetivos titulares.

Voltaremos ao tema dentro de 15 dias. ■

**Artigo escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico**

**O que acho verdadeiramente injusto nesta medida [sobretaxa de IRS] é deixarem de fora do esforço nacional rendimentos que, por tradição, são mais fáceis de conseguir.**